

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024
(Da Sra. Cristiane Lopes)

Solicita esclarecimentos a Sr.^a Ministra da Saúde, acerca da demora do governo federal na aquisição da vacina contra a dengue e os motivos pelos quais nenhuma cidade do estado de Rondônia foi incluída na primeira fase de distribuição da referida vacina.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50 da Constituição Federal e conforme os artigos 115 e 116 do Regimento Interno, venho por meio deste requerer a Vossa Excelência que, após consulta à Mesa, sejam requeridas à Senhora Ministra da Saúde informações detalhadas acerca dos entraves encontrados pelo governo federal no processo de aquisição da vacina contra a Dengue.

Dada a relevância deste assunto para a saúde pública e a urgência imposta pelo crescente número de casos de dengue no país, especialmente em períodos de maior incidência de chuvas, solicito esclarecimentos sobre os seguintes pontos, os quais se mostram cruciais para o entendimento e a avaliação das políticas públicas vigentes e das ações do governo federal:

- 1) Especificar as causas diretas que têm contribuído para o atraso na compra da vacina contra a dengue pelo governo federal. Existem entraves técnicos, regulatórios ou financeiros que estejam impactando a aquisição da vacina? Se sim, quais seriam e quais medidas estão sendo tomadas para superá-los?
- 2) Qual o plano estratégico do governo federal para a aquisição das vacinas contra a dengue, particularmente em vista do aumento sazonal de casos? Por que as vacinas não foram adquiridas de forma antecipada e em quantidade suficiente para cobrir todas as regiões?
- 3) Por que nenhum município do estado de Rondônia foi incluído na primeira lista de distribuição da vacina contra a dengue,¹ considerando que a maioria

¹ <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/01/26/entenda-por-que-nenhuma-cidade-de-rondonia-esta->



de suas cidades enfrenta atualmente surtos da doença, especialmente levando em conta a localização do estado na região amazônica, que é notoriamente propensa a tais surtos?²

- 4) Quais critérios o governo adotou para definir a distribuição das doses da vacina contra a dengue, dado que somente 1,1% da população será vacinada e que a distribuição das doses será realizada de maneira gradual até novembro deste ano?³
- 5) Considerando o recorde de mortes por dengue registrado no Brasil em 2023, que critérios embasaram a decisão do Ministério da Saúde de priorizar o desenvolvimento de uma vacina nacional contra a dengue, ainda em fase de pesquisa pelo Instituto Butantan desde 2009, em vez de optar pela vacina importada do laboratório japonês Takeda, que já foi aprovada pela Anvisa em março de 2023 com 80% de eficácia comprovada?⁴

Adicionalmente, solicito que sejam fornecidas informações pertinentes acerca da alocação de recursos pelo governo, especialmente no que tange à investimentos na prevenção de desastres relacionados à saúde pública.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando os alarmantes dados epidemiológicos relacionados à dengue no Brasil, é imperativo que o Parlamento exerça seu papel fiscalizador e busque esclarecimentos sobre as políticas e decisões adotadas pelo Ministério da Saúde em relação à vacinação contra essa enfermidade. O aumento significativo no número de casos de dengue, com um recorde de mortes registradas, e a existência de uma vacina aprovada pela Anvisa desde março de 2023 que não foi prontamente disponibilizada à população, demandam uma análise rigorosa das ações do governo.

A situação é particularmente crítica em Rondônia, onde a maioria dos municípios

[na-primeira-lista-de-distribuicao-da-vacina-contra-dengue.ghtml](#)

² <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/02/07/maioria-dos-municipios-de-rondonia-estao-em-surto-de-dengue-aponta-boletim.ghtml>

³ <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/01/brasil-tem-doses-para-vacinar-apenas-11-da-populacao-contra-a-dengue.shtml>

⁴ <https://oglobo.globo.com/saude/medicina/noticia/2023/07/dengue-ministerio-da-saude-prioriza-produto-nacional-e-vacina-deve-ficar-para-2025.ghtml>



enfrentam surtos de dengue, e nenhum deles foi incluído na primeira lista de distribuição da vacina divulgada pelo Ministério da Saúde.

Ademais, a preferência por uma vacina em desenvolvimento nacional pelo Instituto Butantan desde 2009, apesar da alternativa comprovadamente eficaz já disponível, gera questionamentos sobre a eficiência e adequação das respostas à crise de saúde pública atual. Além disso, levanta-se a preocupação com a capacidade de resposta do sistema de saúde diante de ameaças epidemiológicas significativas, onde a morosidade na aquisição da vacina pode resultar em graves consequências para a população.

Portanto, este requerimento é essencial para esclarecer os critérios utilizados na priorização de um imunizante nacional ainda em fase de aprovação, em detrimento de uma vacina estrangeira já aprovada, e para entender as razões do atraso na aquisição e distribuição da vacina. A transparência e a prestação de contas são fundamentais para garantir a confiança pública nas medidas adotadas pelo Ministério da Saúde e para assegurar a proteção da saúde dos cidadãos brasileiros frente à dengue.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2024.

CRISTIANE LOPES

Deputada Federal União Brasil/RO

